



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE

DEZEMBRO DE 2015 E 2014

MUXFELDT MARIN E CIA LTDA.

CNPJ: 97.578.090/0001-34 – INSCR. ESTADUAL: 138/0018320

Rua do Comércio, 1420 – Centro

Fone /Fax: (54) 3344-1277

E-mail: mux@muxenergia.com.br

Site: www.muxenergia.com.br

99950-000 - TAPEJARA - RIO GRANDE DO SUL



SUMÁRIO

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	3
BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO REGULATÓRIO	4
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REGULATÓRIO	5
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA REGULATÓRIO	6
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO	7
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	18
RELATÓRIO SOBRE A APLICAÇÃO DE PROCEDIMENTOS PREVIAMENTE ACORDADOS REFERENTE ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS ANO BASE 2015	44

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO

EM 31 DE DEZEMBRO

	Valores expressos em milhares de reais		
ATIVO	Notas	2015	2014
Ativo Circulante		13.746	10.285
Caixa e Equivalentes de Caixa		7.999	5.225
Consumidores	4	3.723	3.056
Serviços em Curso		-	360
Tributos Compensáveis		186	442
Almoxarifado Operacional		118	42
Ativos Financeiros Setoriais	6	1.346	292
Despesas Pagas Antecipadamente		8	14
Outros Ativos Circulantes		366	854
Ativo Não Circulante		11.721	11.608
Consumidores	4	340	340
Tributos Compensáveis		51	63
Ativos Financeiros Setoriais	6	-	-
Bens e Direitos para Uso Futuro		-	34
Outros Ativos Não Circulantes		-	-
Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		254	214
Imobilizado	5	10.999	10.852
Intangível		77	105
TOTAL ATIVO		25.467	21.893
PASSIVO			
Passivo Circulante		5.283	3.294
Fornecedores		1.978	1.317
Obrigações Sociais e Trabalhistas		249	225
Tributos		516	380
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio		654	435
Encargos Setoriais		1.177	507
Passivos Financeiros Setoriais	6	57	25
Outros Passivos Circulantes		652	405
Passivo Não Circulante		1.156	838
Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	7	1.156	838
TOTAL DO PASSIVO		6.439	4.132
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		19.028	17.761
Capital Social		7.500	7.500
Outros Resultados Abrangentes		4.355	4.423
Reservas de Lucros		7.173	5.838
TOTAL PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		25.467	21.893

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO REGULATÓRIO

EM 31 DE DEZEMBRO

	Valores expressos em milhares de reais		
	Notas	2015	2014
Receita / Ingresso	9	38.343	23.916
Fornecimento de Energia Elétrica		37.501	23.814
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais		778	(7)
Serviços Cobráveis		64	53
Outras Receitas		-	56
Tributos		(11.685)	(6.325)
ICMS		(7.997)	(5.189)
PIS-PASEP		(656)	(201)
COFINS		(3.022)	(924)
ISS/IPTU		(10)	(11)
Encargos - Parcela "A"		(6.621)	(501)
Pesquisa e Desenvolvimento - P & D		(100)	(100)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(100)	(100)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		(4.143)	(268)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(28)	(28)
Outros Encargos		(2.250)	(5)
Receita Líquida / Ingresso Líquido		20.037	17.090
Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"		(15.813)	(13.391)
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(14.919)	(12.233)
Encargos de Transmissão, Conexão e Distribuição		(894)	(1.158)
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		4.224	3.699
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"		(3.580)	(3.174)
Pessoal e Administradores	10	(1.706)	(1.601)
Material		(180)	(105)
Serviço de Terceiros		(250)	(410)
Arrendamentos e Aluguéis		(157)	(148)
Seguros		(9)	(4)
Doações, Contribuições e Subvenções		-	-
Provisões		(623)	(341)
(-) Recuperação de Despesas		26	14
Tributos		(13)	(12)
Depreciação e Amortização		(502)	(398)
Gastos Diversos		(166)	(169)
Outras Receitas Operacionais		1.927	1.774
Outras Despesas Operacionais		(63)	(74)
Resultado da Atividade		2.508	2.225
Resultado Financeiro		533	316
Despesas Financeiras		(806)	(536)
Receitas Financeiras		1.339	852
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro		3.041	2.541
Imposto de Renda		(499)	(593)
Contribuição Social		(195)	(228)
Reversão dos Juros sobre Capital Próprio		770	500
Resultado Líquido do Exercício		3.117	2.220

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
REGULATÓRIO
EM 31 DE DEZEMBRO**

	Valores expressos em milhares de reais				
	Capital Social	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	7.500	4.547	4.544	-	16.591
Dividendos Pagos	-	-	(660)	-	(660)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(500)	(500)
Realização de Reservas	-	(123)	-	-	(123)
Ajustes de Períodos Anteriores	-	-	233	-	233
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	2.220	2.220
Transf. Lucro para Reservas de Lucros	-	-	1.720	(1.720)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	7.500	4.424	5.837	-	17.761
Dividendos Pagos	-	-	(900)	-	(900)
Aquisição de Quotas Próprias	-	-	(52)	-	(52)
Distribuição de Quotas em Tesouraria	-	-	(60)	-	(60)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(770)	(770)
Realização de Reservas	-	(68)	-	-	(68)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	3.117	3.117
Transf. Lucro para Reservas de Lucros	-	-	2.347	(2.347)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	7.500	4.356	7.172	-	19.028

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA REGULATÓRIO

EM 31 DE DEZEMBRO

	Valores expressos em milhares de reais	
	2015	2014
Atividades Operacionais	4.691	1.430
Lucro Líquido do Exercício	2.347	2.197
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa	1.249	743
Amortização	502	340
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	623	341
Valor Residual do Ativo Intangível Baixado	132	77
Outras	(8)	(15)
Variações no ativo circulante	(675)	(1.839)
(Aumento) Redução Contas a Receber de Clientes	(667)	(1.105)
(Aumento) Redução Serviços em Curso	360	(267)
(Aumento) Redução Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	255	-
(Aumento) Redução Estoque	(76)	(9)
(Aumento) Ativos Financeiros Setoriais	(1.054)	
(Aumento) Redução Despesas Pagas Antecipadamente	6	224
(Aumento) Redução Outros Ativos Circulantes	489	(664)
(Aumento) Redução Ativos Não Circulantes	12	(18)
Variações no passivo circulante	1.770	329
Aumento (Redução) Fornecedores	662	(143)
Aumento (Redução) Obrigações Sociais e Trabalhistas	24	1
Aumento (Redução) Tributos e Contribuições Sociais	136	(15)
Aumento (Redução) Encargos Setoriais	670	176
Aumento (Redução) Outros Passivos Setoriais	32	
Aumento (Redução) Outros Passivos Circulantes	246	310
Atividades de Investimento	(624)	(690)
Vendas de Ativo Intangível	-	56
Aquisições do Ativo Intangível	(664)	(752)
Contribuição e Doações do Consumidor	40	6
Atividades de Financiamento	(1.293)	(1.160)
Pagamento de dividendos	(900)	(660)
Aquisição de quotas próprias	(112)	-
Juros sobre o capital próprio	(281)	(500)
Total dos efeitos no caixa	2.774	(420)
Saldo inicial de caixa	5.225	5.645
Saldo final de caixa	7.999	5.225
Variação no caixa	2.774	(420)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO

Senhoras e Senhores Quotistas,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2015, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Societárias, elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Muxfeldt, Marin & Cia. Ltda. (Mux Energia) para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

Carta do Presidente

Cenário

A Mux Energia estabelecida em Tapejara – RS atua no segmento de geração e distribuição de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de 71 anos de existência. A produção de energia é integrada por uma PCH interligada com o sistema de distribuição.

Com sede em Tapejara, é uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, fundada em 05 de agosto de 1944. Empresa com formação tipicamente familiar, composta atualmente por 59 quotistas, na maioria descendentes dos primeiros sócios.

O reconhecimento público com relação às medidas adotadas pela Mux Energia para melhorar a qualidade de seus serviços e o relacionamento com os consumidores pode ser verificado por meio das premiações que a Concessionária recebeu em 2015: Prêmio IASC (Índice Aneel de Satisfação do Consumidor) como a melhor Concessionária de Distribuição do Brasil e 1º lugar na categoria Região Sul Sudeste e Centro-Oeste até 30 mil UCs.

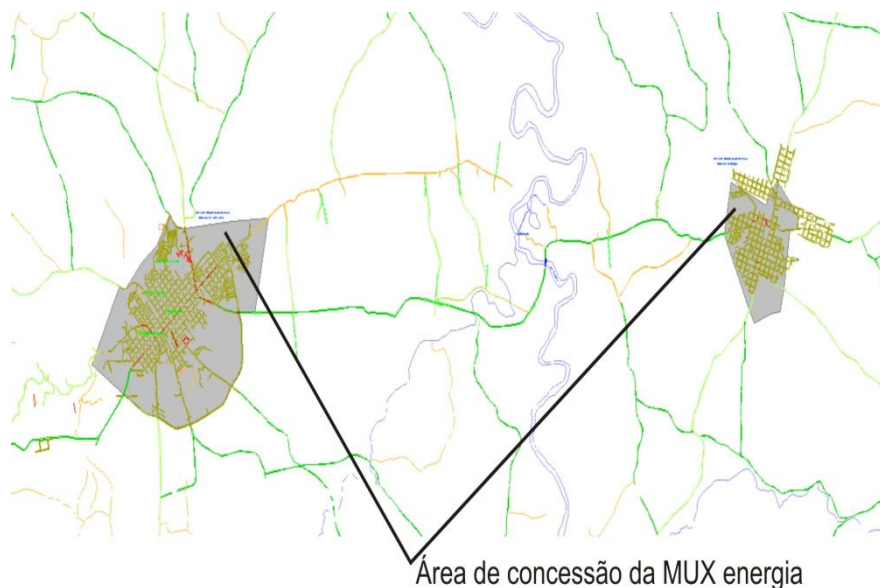
Geração, Distribuição de Energia Elétrica

Geração

Em 31/12/2015, a Concessionária detinha 01 MW de potência instalada em operação, sendo que a produção anual foi de 06 MW.

Distribuição

A Mux Energia distribui energia elétrica para as áreas urbanas de Tapejara e Ibiacá no Rio Grande do Sul.



Ligação de Consumidores – foram realizadas no ano 313 novas ligações. Com destaque 256 residenciais, 55 comerciais, e 02 nas demais classes de consumidores, totalizando 11.228 consumidores atendidos pela Mux Energia, número 2,87% superior ao de 2014.

Consumidores	2011	2012	2013	2014	2015
Residencial	8.056	8.462	8.902	9.130	9.386
Comercial	1.233	1.308	1.498	1.561	1.616
Industrial	104	103	100	99	99
Rural	27	27	25	25	24
Poderes Públicos	73	79	74	78	80
Iluminação Pública	96	73	27	6	6
Serviço Público	12	13	15	16	17
Total	9.601	10.065	10.641	10.915	11.228
Variação	4,91%	4,83%	5,72%	2,57%	2,87%

Comportamento do mercado - A distribuição de energia da Mux Energia no período de janeiro a dezembro de 2015, foi de 61 GWh (62 GWh em 2014).

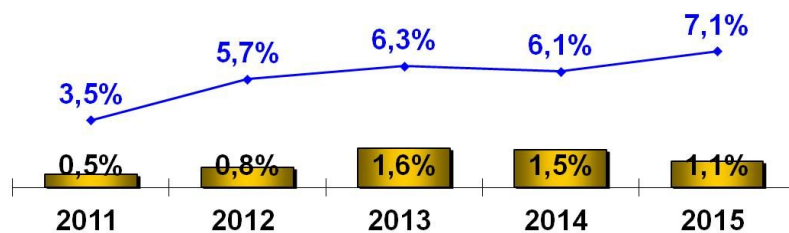
Dentre as classes de consumo, a com maior relevância é a industrial que representa 48% do total do faturamento. As atividades econômicas mais significativas e que representam 92% do consumo da classe são: preparação de leite, fabricação de artefatos de plástico e fabricação de frutas cristalizadas e balas.

A seguir são apresentados os resultados do consumo de energia elétrica e sua variação no período.

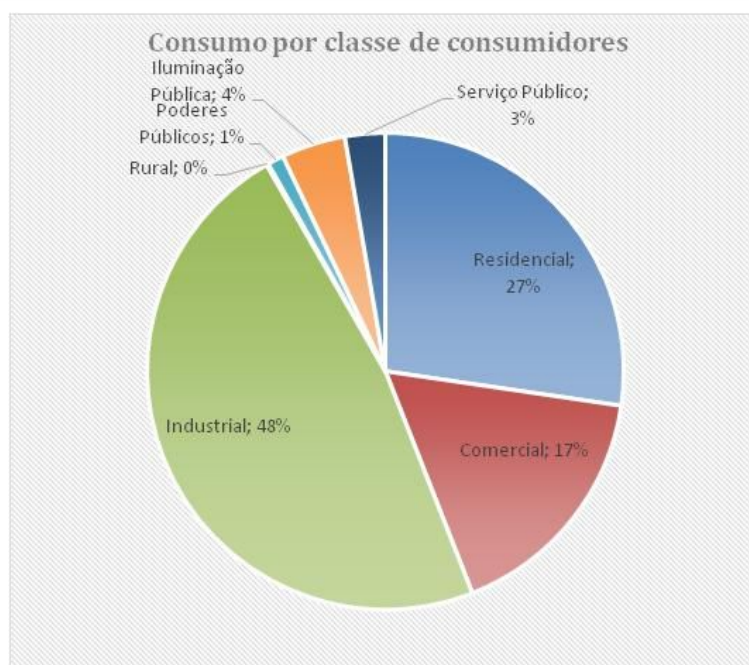
Mercado Atendido - GWh	2011	2012	2013	2014	2015
Energia Faturada	55	58	59	62	61
Fornecimento	55	58	59	62	61
Residencial	14	15	16	17	17
Comercial	8	9	10	11	10
Industrial	29	30	29	29	29
Rural	0	0	0	0	0
Poderes Públicos	1	1	1	1	1
Iluminação Pública	2	2	2	3	3
Serviço Público	1	1	1	2	2
Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Uso da Rede de Distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Total	55	58	59	62	61
Variação	4,69%	6,07%	1,28%	4,87%	-0,88%

As perdas totais de energia sobre a energia requerida apresentaram uma evolução negativa de 1% em 2014 para 2015.

Energia Requerida - GWh	2011	2012	2013	2014	2015
Venda de Energia	55	58	59	62	61
- Fornecimento	55	58	59	62	61
- Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Mercado Atendido	55	58	59	62	61
Perdas na Rede Básica	-	-	-	-	-
Perdas na Distribuição	2	4	4	4	5
Perdas Técnicas	2	3	3	3	4
Perdas não Técnicas - PNT	0	1	1	1	1
PNT / Energia Requerida %	0,5%	0,8%	1,6%	1,5%	1,1%
Perdas Totais - PT	2	4	4	4	5
PT / Energia Requerida %	3,5%	5,7%	6,3%	6,1%	7,1%
Total	57	62	63	66	66
Suprimento Rio Grande Energia	51	58	57	59	60
Geração Própria	6	4	6	7	6
Total	57	62	63	66	66

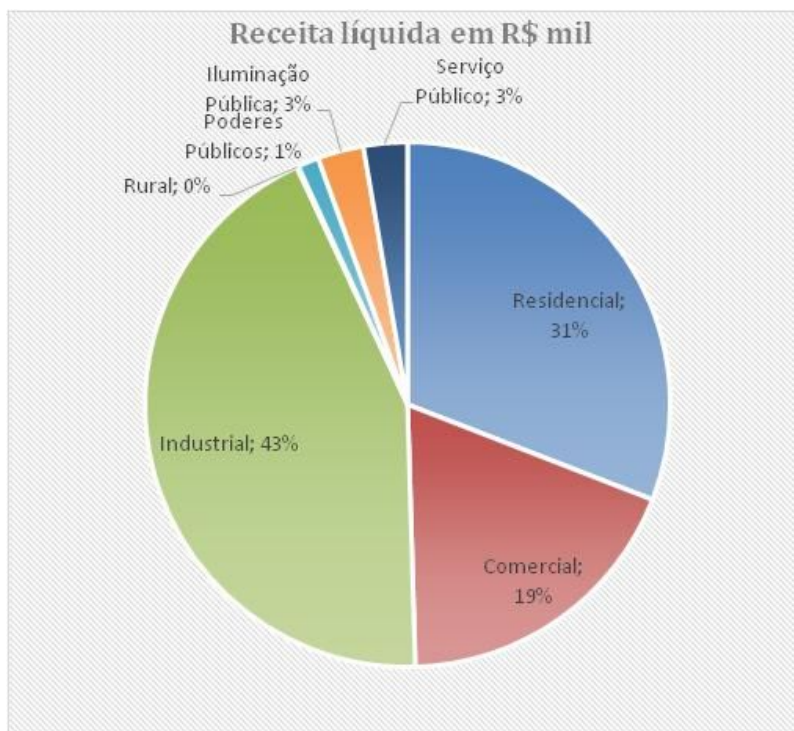


■ Perdas Não-Técnicas ◆ Perdas Totais



Receita - A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, PIS e COFINS, importou em R\$ 27.351 mil, conforme quadro a seguir:

Classe	Receita líquida em R\$ mil		
	2015	2014	%
Residencial	8.446	5.897	43%
Comercial	5.101	3.502	46%
Industrial	11.897	7.045	69%
Rural	30	20	47%
Poderes Públicos	357	268	33%
Iluminação Pública	777	461	69%
Serviço Público	742	486	53%
Total	27.351	17.680	55%



Número de consumidores - O número de consumidores faturados em dezembro de 2015 apresentou um crescimento de 2,87% sobre o mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Classe	Número de consumidores		
	2015	2014	%
Residencial	9.386	9.130	2,80%
Comercial	1.616	1.561	3,52%
Industrial	99	99	0,00%
Rural	24	25	-4,00%
Poderes Públicos	80	78	2,56%
Iluminação Pública	6	6	0,00%
Serviço Público	17	16	6,25%
Total	11.228	10.915	2,87%

Tarifas - A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.906 de 23 de junho de 2015 homologou o resultado da Reajuste Tarifário Anual da Mux Energia. As tarifas foram, em média, reajustadas em 36,46%, sendo 30,48% referente ao reajuste tarifário anual econômico e 5,48% relativos aos componentes financeiros pertinentes.

Classe	Tarifa média de fornecimento em R\$/MWh	
	Sem Impostos	Com Impostos
Residencial	510,46	729,58
Comercial	510,46	655,38
Industrial	510,46	729,58
Rural	368,68	408,49
Poderes Públicos	510,46	729,58
Iluminação Pública	291,07	389,93
Serviço Público	440,91	632,67

Desempenho econômico-financeiro - Em 2015, o lucro líquido foi de R\$ 2.230 mil, comparado com o de 2014 R\$ 2.197 mil, houve um acréscimo de 1,55%.

A Receita Operacional Líquida atingiu R\$ 22.044 mil, enquanto que em 2014 ficou em R\$ 19.627 mil. Destaca-se a apropriação dos valores da receita de construção no valor de R\$ 858 mil, salienta-se que esta receita é anulada com os custos de construção (registrados no grupo Custo da Operação), uma vez que a margem de construção da infraestrutura adotada é igual a zero.

Destacamos as medidas de redução de custos tomadas pela empresa para melhor adequação dos resultados.

O EBITDA ou LAJIDA, Resultado do Serviço (DRE), adicionado da despesa com depreciação e amortização foi de R\$ 2.233 mil, inferior em 13,65% comparado a 2014, que foi de R\$ 2.587 mil.



Investimentos - Os investimentos realizados pela empresa em 2015 totalizaram R\$ 883 mil sendo que o maior investimento foi em máquinas e equipamentos para a distribuição de energia elétrica que representaram R\$ 816 mil e atenderam a expansão do mercado de energia e a melhoria da qualidade de fornecimento.

Evolução e Projeção dos Investimentos

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	R\$ Mil Nominais			R\$ Mil em moeda constante de 31/dez/2015				
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
AIS Bruto ¹	535	457	883	501	365	363	375	365
Transformador de Distribuição	90	90	238	70	70	68	68	68
Medidor	79	73	97	118	127	129	135	140
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	207	158	272	105	104	91	106	95
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	159	121	208	209	64	75	67	62
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	-	14	67	-	-	-	-	-
Obrigações Especiais do AIS Bruto	(93)	(163)	(430)	-	-	-	-	-
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	(93)	(25)	(314)	-	-	-	-	-
Outros	-	(137)	(115)	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Originadas da Receita	-	(137)	(115)	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Ultrapassagem de demanda	-	(33)	(25)	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Excedente de reativos	-	(52)	(91)	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros	-	(52)	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.

Comparativo dos Investimentos em Máquinas e Equipamentos da Distribuição

R\$ Mil	2015R	2016P	2017P	2018P	2019P	2020P
Plano de Investimentos 2015	883	501	365	363	375	365

R\$ Mil	2015P	2016P	2017P	2018P	2019P
Plano de Investimentos 2014	458	501	365	364	376

Diferença	92,8%	0,0%	0,0%	-0,1%	-0,1%
------------------	--------------	-------------	-------------	--------------	--------------

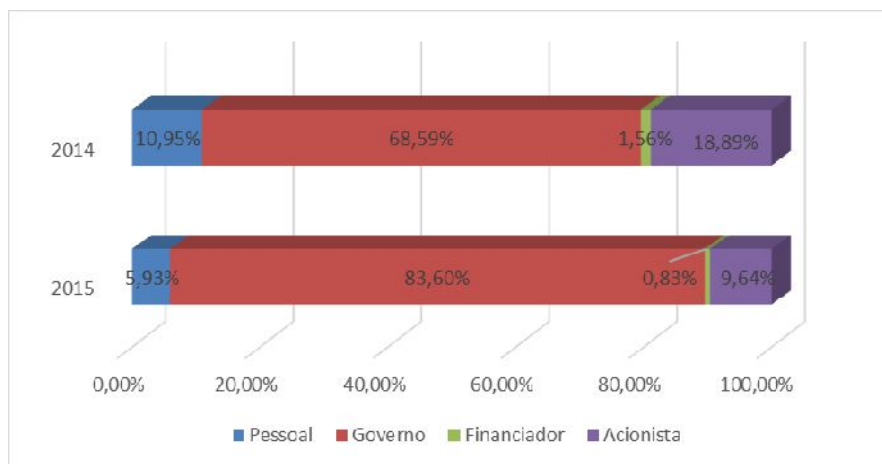
Qualidade do fornecimento - A ANEEL exige que todas as distribuidoras certifiquem o processo de coleta e apuração dos indicadores de continuidade DEC e FEC, com base nas normas da

Organização Internacional para Normalização (International Organization for Standardization) ISO 9000.

Os indicadores DEC (duração equivalente de interrupções por unidade consumidora) e FEC (frequência equivalente de interrupções por unidade consumidora) são os dois principais indicadores que representam a qualidade do serviço de distribuição de energia elétrica. A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC (horas)	FEC (Interrupções)	Tempo de Espera (horas)
2015	4,87	5,15	0,75
2014	7,91	6,99	0,77
2013	5,53	4,16	0,78
2012	2,69	2,70	0,75
2011	1,89	1,33	0,73

Valor adicionado - Em 2015, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Mux Energia foi de R\$ 23.127 mil, representando 74,47% da Receita operacional bruta, com a seguinte distribuição:



Política de reinvestimento e distribuição de dividendos - No exercício de 2015, a Mux Energia pagou a título de juros sobre o capital próprio o montante de R\$ 770 mil (R\$ 500 mil em 2014), de acordo com o artigo 90 da Lei no 9.249 de 26 de dezembro de 1995, que permitiu a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e contribuição social. O pagamento de dividendos será submetido à consideração do Conselho Consultivo da sociedade, conforme prevê o contrato social. Normalmente 50% do lucro líquido de cada exercício tem sido destinado aos quotistas.

Composição acionária - Em 31 de dezembro de 2015 o capital social da Mux Energia era de R\$ 7,5 milhões, composto por 7.500.000 quotas no valor de 1,00 cada uma.

Atendimentos aos quotistas - Coerente com a filosofia de postar-se diante do mercado como uma empresa transparente, moderna e aberta, a Mux Energia coloca à disposição dos seus quotistas um atendimento personalizado, na sua sede a Rua do Comércio, 1420 em Tapejara – RS. O atendimento presta informações sobre as posições das quotas individuais, dividendos ou juros sobre o capital próprio, créditos dos dividendos e demais informações para o bom relacionamento entre a Empresa e seus Quotistas.

Administração - Com a assinatura do 4º termo aditivo ao Contrato de concessão em 09/12/2015, a Mux energia teve sua concessão prorrogada por mais 30 anos.

Este fato requer da empresa a continuidade de suas operações dentro do nível de atendimento demonstrado nos últimos anos para garantir o cumprimento das metas de qualidade e de gestão previstas no novo contrato de concessão.

Como consequência das exigências cada vez maiores em nível de satisfação do consumidor e das metas de qualidade exigidas pelos órgãos reguladores, a empresa planeja investir em uma nova estrutura organizacional para o atendimento as mudanças exigidas pelo setor elétrico.

Gestão pela qualidade total – A MUX ENERGIA possui o Certificado de Registro nº FS 544410 emitido pelo órgão certificador BSI Brasil. Em 2015 deu continuidade ao processo de renovação da certificação do seu Sistema de Gestão de Qualidade através da NBR ISO 9001. O escopo de foi a “Distribuição de energia elétrica, incluindo os processos de coleta de dados, apuração dos indicadores e padrões de atendimento comercial de qualidade, indicadores individuais e coletivos de continuidade do fornecimento de energia elétrica, bem como, o tratamento das reclamações de consumidores”. Todo o trabalho da direção e colaboradores culminou na continuidade da certificação da MUX ENERGIA em novembro de 2015.

Responsabilidade Social - Cada vez mais, a Mux Energia vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente e o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade. Essas atitudes têm foco no combate ao desperdício de energia, proporcionado investimentos no Setor Elétrico, garantindo o fornecimento e trazendo, como consequência, uma melhor qualidade de vida para toda a população.

A Mux Energia também realiza, em prol da comunidade, arrecadação via conta de energia elétrica para entidades de cunho beneficente e cultural, facilitando a contribuição e diminuindo os custos.

Com relação aos programas de Eficiência Energética, em 2015 a empresa ainda não possui nenhum projeto em andamento.

Atendimento	2015	2014	%
Número de Consumidores	11.228	10.915	2,8%
Número de empregados	22	22	0,0%
Número de consumidores por empregado	510	496	2,8%
Número de localidades atendidas	2	2	0,0%
Número de agências	-	-	0,0%
Número de postos de atendimento	2	2	0,0%
Número de postos de arrecadação	20	18	10,0%
Mercado	2015	2014	
Área de concessão (Km ²)	15,43	17,26	
Geração própria (GWh)	6	7	
Distribuição direta (GWh)	61	62	
Consumo residencial médio (KWh/ano)	1,8	1,9	
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)			
Residencial	510,46		
Comercial	510,46		
Industrial	510,46		
Rural	368,68		
Suprimento	0,00		
DEC (horas)	4,87	7,91	
FEC (número de interrupções)	5,15	6,99	
População atendida - Urbana (em milhares de habitantes)	15	15	
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	0	0	
Número de reclamações por 10.000 consumidores	0,04	0,10	
Operacionais	2015	2014	%
Número de usinas em operação	1	1	0,00%
Número de subestações	0	0	0,00%
Linhas de transmissão (Km)	0	0	0,00%
Linhas de distribuição (Km)	191,03	184,34	3,63%
Capacidade instalada (MW)	30,29	29,70	1,99%
Financeiros	2015	2014	%
Receita operacional bruta (R\$ mil)	40.270	25.690	36,21%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	21.964	18.864	14,11%
Margem operacional do serviço líquida (%)	14,19%	11,77%	
EBITDA ou LAJIDA	3.011	2.623	12,89%
Lucro Líquido (R\$ mil)	3.117	2.220	28,78%
Operacionais	2015	2014	%
Lucro líquido por lote de mil quotas	416	296	28,78%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	19.028	17.761	6,66%
Valor patrimonial do lote de mil quotas	19	18	5,26%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	16,38%	12,50%	
Endividamento do patrimônio líquido (%)	33,84	23,26	31,26%
Em moeda nacional (%)	33,84	23,26	31,26%
Em moeda estrangeira (%)	0,00	0,00	0,00%
Indicadores de performance			
Salário Médio dos Funcionários:	3.428,97	3.306,71	
Energia Gerada / Comprada por Funcionário:	3.000	3.000	
Energia Gerada / Comprada por Consumidor:	6	6	

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho Consultivo pelo apoio prestado nas questões de maior interesse da Mux Energia. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Mux Energia.

Tapejara, 13 de março de 2016.

A Administração



Mario Atílio Marin

Presidente

CPF: 030.976.250-20

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

01 - Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Concessionária é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Concessionária, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

No negócio de geração, a Outorgada além de vender energia por meio dos leilões para as distribuidoras por meio do mercado cativo, também vende energia à Consumidores Livres no

mercado livre – ACL. No mercado livre - ACL, a energia é negociada por meio das concessionárias de geração, PCH – Pequenas Centrais Hidrelétricas, autogeradores, comercializadores e importadores de energia.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres no mercado regulado. As geradoras estatais podem vender energia a consumidores livres, mas em vez de geradores privados, são obrigados a fazê-lo através de um processo de leilão.

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Concessionária está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

02 - Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

03 - Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis Societárias apresentadas nas páginas 17 a 21, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

3.1 - Ativos e passivos financeiros setoriais: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa

contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

3.2 - Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 31 de outubro de 2013. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador. O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

3.3 - Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

3.4 - Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

3.5 - Obrigações especiais vinculadas à concessão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

3.6 - Reserva de reavaliação: é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados.

3.7 - Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal da atividade da

Outorgada é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

04 - Consumidores e Concessionárias e Permissionárias

Composição do Contas a Receber

D E S C R I Ç Ã O - R\$ Mil	VALORES CORRENTES						Provisão p/ Devedores Duvidosos	TOTAL 2015	TOTAL 2014
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA						
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias			
Fornecimento de Energia	3.822	-	260	3	5	947	(974)	4.063	3.396
- Residencial	988	-	179	2	3	6	(9)	1.169	827
- Industrial	1.366	-	13	-	-	939	(939)	1.379	1.432
- Comercial	622	-	66	1	2	2	(4)	689	497
- Rural	3	-	-	-	-	-	-	3	2
- Poderes Públicos	8	-	-	-	-	-	-	8	33
- Iluminação Pública	70	-	-	-	-	-	-	70	57
- Serviço Público	95	-	-	-	-	-	-	95	65
- Serviço Taxado	6	-	2	0	-	-	(1)	7	7
- Outros Créditos	4	-	-	-	-	-	(21)	(17)	77
- Fornecimento Não Faturado	660	-	-	-	-	-	-	660	400
- (-) Arrecadação Processo Classif.	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento \ Encargo Rede Não Faturado	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	3.822	-	260	3	5	947	(974)	4.063	3.396

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- Consumidores residenciais e comerciais vencidos há mais 180 dias; e
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

O valor a receber de R\$ 340 mil de Consumidores (Fornecimento de Longo Prazo) refere-se a fatura de energia elétrica nº 9775 da empresa Laticínios Bom Gosto S.A. CNPJ nº 94.679.479/0001-88. Foi constituído no faturamento de janeiro/2013, com vencimento em 25/02/2013, a qual entrou em

processo de recuperação judicial. A previsão de pagamento conforme fl. 3582 dos autos está prevista para data a partir de junho/2016 a dezembro/2026.

05 - Imobilizado

A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2014	Adições (A)	Baixas (B)	Baixas da Reavaliação	Transferências (C)	Reavaliação e Outros	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2015	Valor Líquido em 31/12/2014	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
Geração	3.971	-	(0)	-	-	-	3.970	(0)	(1.047)	2.924	3.011	-	-	-
Terrenos	476	-	-	-	-	-	476	-	-	476	476	-	-	-
Reservatórios, Barragens e Adutoras	1.253	-	-	-	-	-	1.253	-	(242)	1.011	1.037	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	314	-	-	-	-	-	314	-	(92)	222	228	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	1.920	-	(0)	(1)	-	-	1.919	(0)	(705)	1.214	1.269	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	9	-	-	-	-	-	9	-	(9)	0	0	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	11.105	-	(195)	-	883	-	11.601	688	(4.885)	6.716	6.386	(1.124)	178	(946)
Terrenos	588	-	-	-	-	-	588	-	-	588	588	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	420	-	-	-	-	-	420	-	(308)	113	126	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	9.732	-	(195)	(192)	883	-	10.228	688	(4.329)	5.899	5.525	(1.124)	178	(946)
Veículos	339	-	-	-	-	-	339	-	(227)	112	142	-	-	-
Móveis e Utensílios	26	-	-	-	-	-	26	-	(22)	4	5	-	-	-
Administração	1.620	-	(0)	-	-	-	1.620	(0)	(649)	970	989	-	-	-
Terrenos	867	-	-	-	-	-	867	-	-	867	867	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	585	-	-	-	-	-	585	-	(547)	38	42	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	67	-	(0)	(0)	-	-	67	(0)	(45)	22	27	-	-	-
Veículos	47	-	-	-	-	-	47	-	(10)	38	44	-	-	-
Móveis e Utensílios	53	-	-	-	-	-	53	-	(48)	5	8	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	16.696	-	(195)	-	883	-	17.191	688	(6.582)	10.609	10.386	(1.124)	178	(946)
Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2014	Adições (A)	Baixas (B)	Baixas da Reavaliação	Transferências (C)	Reavaliação e Outros	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2015	Valor Líquido em 31/12/2014	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	466	1.680	-	-	(883)	(874)	390	798	-	390	466	(211)	-	(211)
Máquinas e Equipamentos	26	858	-	-	(883)	-	1	(25)	-	1	26	(211)	-	(211)
Outros	440	823	-	-	-	(874)	388	823	-	388	440	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	466	1.680	-	-	(883)	(874)	390	798	-	390	466	(211)	-	(211)
Total do Ativo Imobilizado	17.162	1.680	(195)	-	(0)	(874)	17.581	1.485	(6.582)	10.999	10.852	(1.335)	178	(1.156)

A composição do intangível é como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2014	Adições (A)	Baixas (B)	Baixas da Reavaliação	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2015	Valor Líquido em 31/12/2014
Ativo Intangível em Serviço											
Geração	237	-	-	-	(13)	-	224	(13)	(213)	11	52
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Uso do Bem Público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	237	-	-	-	(13)	-	224	(13)	(213)	11	52
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão											
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição											
Servidões	42	-	-	-	13	-	55	13	-	55	42
Servidões	25	-	-	-	13	-	38	13	-	38	25
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	17	-	-	-	-	-	17	-	-	17	17
Administração											
Softw ares	12	-	-	-	-	-	12	-	-	12	12
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização											
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	290	-	-	-	-	-	290	-	(213)	77	105
Ativo Intangível em Curso											
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Uso do Bem Público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão											
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição											
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração											
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização											
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do Ativo Intangível	290	-	-	-	-	-	290	-	(213)	77	105

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2014	Adições (A)	Baixas (B)	Baixas de Reavaliação	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)
AIS Bruto	9.732	-	(195)	(192)	883	-	10.228	684
Transformador de Distribuição	1.660	-	(14)	(60)	238	-	1.824	224
Medidor	1.307	-	(72)	(56)	97	-	1.276	26
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	3.414	-	(58)	(40)	272	-	3.588	214
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	2.611	-	(45)	(31)	208	-	2.744	164
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	739	-	(7)	(4)	67	-	795	56
Obrigações Especiais do AIS Bruto	(838)	(358)	-	-	40	-	(1.156)	(318)
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	(671)	(275)	-	-	-	-	(946)	(275)
Outros	(167)	(84)	-	-	40	-	(211)	(43)
Originadas da Receita	(127)	(84)	-	-	-	-	(211)	(84)
Ultrapassagem de demanda	(58)	(25)	-	-	-	-	(82)	(25)
Excedente de reativos	(69)	(59)	-	-	-	-	(128)	(59)
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	(40)	-	-	-	40	-	-	40

A composição da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição é como segue:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2014	Adições (A)	Baixas (B)	Baixas de Reavaliação	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)
AIS Bruto	9.732	-	(195)	(192)	883	-	10.228	684
Transformador de Distribuição	1.660	-	(14)	(60)	238	-	1.824	224
Medidor	1.307	-	(72)	(56)	97	-	1.276	26
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	3.414	-	(58)	(40)	272	-	3.588	214
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	2.611	-	(45)	(31)	208	-	2.744	164
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	739	-	(7)	(4)	67	-	795	56
Obrigações Especiais do AIS Bruto	(838)	(358)	-	-	40	-	(1.156)	(318)
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	(671)	(275)	-	-	-	-	(946)	(275)
Outros	(167)	(84)	-	-	40	-	(211)	(43)
Originadas da Receita	(127)	(84)	-	-	-	-	(211)	(84)
Ultrapassagem de demanda	(58)	(25)	-	-	-	-	(82)	(25)
Excedente de reativos	(69)	(59)	-	-	-	-	(128)	(59)
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	(40)	-	-	-	40	-	-	40

Ativo Imobilizado - R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2015			2014
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Geração		4.194	(1.259)	2.935	3.063
Custo Histórico		2.094	(718)	1.376	1.459
Correção Monetária Especial	2,53%	-	-	-	-
Reavaliação		2.100	(542)	1.559	1.604
Transmissão		-	-	-	-
Custo Histórico		-	-	-	-
Correção Monetária Especial		-	-	-	-
Reavaliação		-	-	-	-
Distribuição		11.656	(4.885)	6.770	6.428
Custo Histórico		7.723	(2.653)	5.070	4.575
Correção Monetária Especial	4,36%	-	-	-	-
Reavaliação		3.933	(2.233)	1.700	1.853
Administração		1.631	(649)	982	1.000
Custo Histórico		178	(100)	78	92
Correção Monetária Especial	2,44%	-	-	-	-
Reavaliação		1.453	(549)	904	909
Comercialização		-	-	-	-
Custo Histórico		-	-	-	-
Correção Monetária Especial		-	-	-	-
Reavaliação		-	-	-	-
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		82	(36)	45	47
Custo Histórico		82	(36)	45	47
Correção Monetária Especial		-	-	-	-
Reavaliação		-	-	-	-
		17.563	(6.831)	10.732	10.538
Em Curso - R\$ Mil					
Geração		-	-	-	
Transmissão		-	-	-	
Distribuição		-	-	389	466
Administração		-	-	-	
Comercialização		-	-	-	
Atividades Não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		-	-	-	
		-	-	389	466
		17.563	(6.831)	11.121	11.004

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizados, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Juros Capitalizados	Depreciação /Amortização	Outros Gastos	Total
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-
Reservatórios, Barragens e Adutoras	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	543	178	90	-	-	47	858
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-
A Ratear	-	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento de Projetos	-	-	-	-	-	-	-
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais	36	6	1	-	-	-	42
Material em Depósito	376	-	-	-	-	-	376
Compras em Andamento	404	-	-	-	-	-	404
Adiantamentos a Fornecedores	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos Judiciais	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Total das Adições	1.358	184	90	-	-	47	1.680

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 474 de 07 de fevereiro de 2012, são as seguintes:

**Taxas anuais de depreciação
(%)**

Geração

Barramento	2,50
Comporta	3,33
Conduto Forçado	3,13
Edificações	2,00
Equipamento Geral	6,25
Gerador	3,33
Painel, Mesa de Comando e Cubículo	3,57
Ponte Rolante, Guindaste ou Pórtico	3,33
Reservatório, Barragens e Adutoras	2,00
Software	20,00
Turbina Hidráulica	2,50

Distribuição

Banco de Capacitores Paralelos	6,67
Chaves	6,67
Condutores	3,57
Edificações	3,33
Equipamento Geral	6,25
Equipamento Geral de Informática	16,67
Estruturas (Postes)	3,57
Medidores	7,69
Regulador de Tensão	4,35
Religador	4,00
Transformador de Distribuição	4,00
Veículos	14,29

Administração Central

Edificações	3,33
Equipamento Geral	6,25
Equipamento Geral de Informática	16,67
Veículos	14,29

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço foram:

Principais adições	
Descrição do bem	em R\$ mil
1. Extensão de rede de energia elétrica em média e baixa tensão com instalação de transformador (Loteamento Araucária II - ODI 1740/15)	114
2. Extensão de rede de energia elétrica em média e baixa tensão com instalação de transformador (Loteamento Binachini II - ODI 5510/15)	99
3. Extensão de rede de energia elétrica em média tensão compacta (Trevo acesso Ibiaçá - ODI 5012/15)	62
4. Manutenção corretiva e preventiva em equipamentos e estruturas (Av. Dom Pedro II - ODI 5984/15)	42
5. Extensão de rede de energia elétrica em baixa tensão com instalação de transformador (Loteamento Altos do Funil - ODI 7095/14)	36
6. Equipamento Geral de Informática - Coletor de Dados com Acessórios (ODI 3904/15)	17
7. Substituição de postes e condutores em baixa tensão e extensão de rede de energia elétrica em média tensão (Bairro Treze de Maio - ODI 7076/14)	16
8. Equipamento Geral de Informática - Coletor de Dados com Acessórios (ODI 8549/15)	15
9. Extensão de rede de energia elétrica em média tensão com instalação de transformador e substituição de poste e separação de circuito (Ibiaçá - ODI 369/15)	13
10. Imobilização de Medidores (ODI 7277/15)	11

As dez principais baixas (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço foram:

Principais baixas	
Descrição do bem	em R\$ mil
1. Desativação de Medidores (ODD 6486/15)	4
2. Desativação de Medidores (ODD 6842/15)	3
3. Desativação de Medidores (ODD 7277/15)	3
4. Desativação de Medidores (ODD 8057/15)	2
5. Desativação de Medidores (ODD 837/15)	2
6. Desativação de Medidores (ODD 1616/15)	2
7. Desativação de Medidores (ODD 1600/15)	2
8. Desativação de Medidores (ODD 6/15)	2
9. Desativação de Medidores (ODD 2991/15)	2
10. Desativação de Medidores (ODD 4506/15)	1

06 - Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

a) Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”

Os itens da Parcela “A” são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período entre Revisões e Reajustes Tarifários entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último Reajuste Tarifário

Anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

A recuperação da Parcela “A” inicia logo após o final da vigência da Revisão Tarifária ou Reajuste, utilizando os mesmos mecanismos de recuperação, ou seja, o reajuste aplicado nas tarifas para compensação dos itens da Parcela “A”.

Os créditos da Parcela “A” são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação, não havendo limite de prazo para sua realização.

À medida que os valores da Parcela “A” são recebidos na tarifa, a Concessionária transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado.

b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

• Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2014	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2015	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	280	1.490	(645)	238	(56)	1.307	435	873	1.308	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	268	971	(489)	146	(52)	844	321	523	844	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfa	4	12	(3)	1	(1)	12	2	10	12	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	8	508	(154)	92	(3)	452	112	340	452	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	12	40	(6)	7	(14)	39	5	34	39	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	12	40	(6)	7	(14)	39	5	34	39	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	292	1.530	(652)	245	(70)	1.346	440	907	1.347	-

A movimentação das contas de Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2014	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2015	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Passiva	-	-	(56)	(0)	56	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	(52)	(0)	52	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	(1)	-	1	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	(3)	-	3	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Passivos Financeiros Setoriais	25	67	(22)	1	(14)	57	-	57	57	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	25	67	(22)	1	(14)	57	-	57	57	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Devoluções Tarifárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Passivos Financeiros Setoriais	25	67	(78)	1	42	57	-	57	57	-

07 - Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Segue a composição destas obrigações:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação - Taxa Média Anual	Custo Histórico	Correção Monetária Especial	Reavaliação	Total
Em serviço		1.124	-	-	1.124
Participação da União, Estados e Municípios		39	-	-	39
Participação Financeira do Consumidor		797	-	-	797
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	4,25%	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE		-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento		287	-	-	287
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda		-	-	-	-
Excedente de reativos		-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS		(178)	-	-	(178)
Participação da União, Estados e Municípios		(11)	-	-	(11)
Participação Financeira do Consumidor		(139)	-	-	(139)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE		-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento		(28)	-	-	(28)
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda		-	-	-	-
Excedente de reativos		-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
Total		946	-	-	946

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2014	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Reava- liação	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)
Em serviço	809	314	-	-	-	1.124	314
Participação da União, Estados e Municípios	39	-	-	-	-	39	-
Participação Financeira do Consumidor	651	146	-	-	-	797	146
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	119	168	-	-	-	287	168
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	■
Outros	-	-	-	-	-	-	■
(-) Amortização Acumulada - AIS	(139)	(40)	-	-	-	(178)	(40)
Participação da União, Estados e Municípios	(10)	(2)	-	-	-	(11)	■ (2)
Participação Financeira do Consumidor	(109)	(30)	-	-	-	(139)	■ (30)
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	■
Pesquisa e Desenvolvimento	(20)	(7)	-	-	-	(28)	■ (7)
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	■
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	■
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	■
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	■
Outros	-	-	-	-	-	-	■
Em curso	167	84	-	(40)	-	211	43
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	■
Participação Financeira do Consumidor	-	-	-	-	-	-	■
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	■
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	■
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	■
Valores Pendentes de Recebimento	40	-	-	(40)	-	-	■ (40)
Valores Não Aplicados	-	-	-	-	-	-	-
Outros	127	84	-	-	-	211	84
Ultrapassagem de demanda	58	25	-	-	-	82	■ 25
Excedente de reativos	69	59	-	-	-	128	59
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	■
Outros	-	-	-	-	-	-	■
Total	838	358	-	(40)	-	1.156	318

As principais adições (pelo critério de valor) de obrigações especiais no exercício foram:

Principais adições	
Descrição do bem	em R\$ mil
1. Extensão de rede de energia elétrica em média e baixa tensão com instalação de transformador (Loteamento Bianchini II - ODI 5510/15)	98
2. Extensão de rede de energia elétrica em baixa tensão com instalação de transformador (Loteamento Altos do Funil - ODI 7095/14)	40
3. Extensão de rede de energia elétrica em baixa tensão com finalidade de comercialização de lotes - Saida para Charrua (ODI 4745/15)	8

08 - Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 7.500 Milhões, no valor de R\$ 1,00 por quota.

09 - Receita Operacional Bruta

Receita Bruta	Nº Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Fornecimento - Faturado	11.228	10.915	61.484	62.029	37.325	23.900
Residencial	9.386	9.130	16.793	17.409	12.073	8.318
Industrial	99	99	29.285	28.872	15.321	8.955
Comercial	1.616	1.561	10.294	10.707	7.316	4.955
Rural	24	25	81	84	33	22
Poder público	80	78	677	774	476	353
Iluminação pública	6	6	2.670	2.522	1.041	609
Serviço público	17	16	1.684	1.661	1.065	688
Suprimento Faturado						
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	-	-	-	-	-	-
Consumidores Cativos					-	-
Consumidores Livres					-	-
Encargos de conexão de agentes de geração					-	-
Permissionárias					-	-
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado					-	-
(-) Transferências	-	-	-	-	(84)	(85)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda					(24)	(33)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos					(60)	(52)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Difer. Perdas Regulatórias					-	-
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado					260	(1)
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva					789	(7)
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução					-	-
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Regulat.					(11)	-
Serviços Cobráveis					64	53
Subvenções vinculadas ao serviço concedido						56
Total	11.228	10.915	61.484	62.029	38.343	23.916

10 - Pessoal e Administradores

Pessoal e Administradores	2015	2014
Pessoal	1.239	1.185
Remuneração	834	786
Encargos	334	322
Previdência privada	-	-
Previdência - Fundação - Mantenedora	-	-
Previdência - Déficit ou superávit atuarial	-	-
Assistência médica	-	-
Programa de demissão voluntária	-	-
Despesas rescisórias	-	-
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	-	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Outros	71	77
Administradores	467	416
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	467	416
Benefícios dos administradores	-	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Total	1.706	1.601

11 - Demonstração do Resultado do Exercício segregado por atividade

Conforme orientação contida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, a apresentação da Demonstração do Resultado do Exercício Segregado por Atividade, não é compulsória pois a Concessionária detém atividade de geração e distribuição.

12 - Revisão e Reajuste Tarifário

12.1 Revisão Tarifária Periódica

A Revisão Tarifária Periódica da Mux Energia ocorreu em 29 de junho de 2013, e teve seu resultado homologado através da Resolução Homologatória nº 1.549, de 25 de junho de 2013.

De acordo com o contrato de concessão firmado entre a ANEEL e a Distribuidora em 09 de dezembro de 2015, a próxima Revisão Tarifária periódica da Empresa ocorrerá no dia 22 de julho de 2017.

12.2 Reajuste Tarifário Anual

No reajuste anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as empresas distribuidoras de energia elaboram os pleitos para reajuste das tarifas de energia elétrica, com base em fórmula definida no contrato de concessão, que considera para os custos não gerenciáveis (Parcela A), as variações incorridas no período entre reajustes e, para os custos gerenciáveis (Parcela B), a variação do IGP-

M, ajustado pela aplicação do Fator X, conforme mencionado no parágrafo anterior.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL estabeleceu por meio da Resolução Homologatória nº RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.906 DE 23 DE JUNHO DE 2015, as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da Outorgada resultantes do processo de reajuste tarifário de 2015, cujo reajuste médio foi de 36,46 %, correspondendo a um efeito médio de -0,58% percebido pelos consumidores.

12.3 Composição da Base de Remuneração Regulatória

Para a avaliação dos ativos das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, visando à definição da base de remuneração no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTP vigente, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

- a) A base de remuneração aprovada no CRTP anterior deve ser “blindada”. Entende-se como base blindada os valores aprovados por laudo de avaliação ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações;
- b) As inclusões entre as datas-base do CRTP vigente e anterior, desde que ainda em operação, compõem a Base Incremental e são avaliadas no processo de revisão tarifária do CRTP vigente;
- c) Os valores finais da avaliação são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada (item a) com os valores das inclusões ocorridas entre as datas-base do segundo e terceiro ciclos de revisão tarifária – base incremental (item b);
- d) Considera-se como data-base do laudo de avaliação o último dia do sexto mês anterior ao mês da revisão tarifária do CRTP vigente; e
- e) A base de remuneração deverá ser atualizada pela variação do IGP-M, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária.

Os ativos vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no serviço público de distribuição de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração aqueles ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória – BAR.

A tabela a seguir resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração.

Descrição	Valores
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	8.964.175
(2) Índice de Aproveitamento Integral	459.344
(3) Obrigações Especiais Bruta	1.009.928
(4) Bens Totalmente Depreciados	1.564.568
(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	5.930.335
(6) Depreciação Acumulada	3.423.230
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	5.540.945
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	158.348
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	5.382.597
(10) Almojarifado em Operação	47.164
(11) Ativo Diferido	-
(12) Obrigações Especiais Líquida	860.245
(13) Terrenos e Servidões	1.087.158
(14) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(6)-(8)+(10)+(11)-(12)+(13)	5.656.674
(15) Saldo RGR PLPT	-
(16) Saldo RGR Demais Investimentos	-
(17) Taxa de Depreciação	4,09%
(18) Quota de Reintegração Regulatória	242.551
(19) WACC real antes de impostos	11,36%
(20) Taxa RGR PLPT	1,35%
(21) Taxa RGR Demais Investimentos	3,62%
(22) Remuneração do Capital (15)*(20)+(16)*(21)+(14)-(15)-(16)*(19)	642.598

12.4 Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis - CAIML

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo.

Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.

A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIML.

Descrição	Valores
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	1.378.861
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	344.715
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	344.715
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	689.430
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	31.935
(6) Anuidade - Veículos	68.825
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	169.241
(8) CAIML = (5 + 6 + 7)	270.001

12.5 Resumo da Revisão Tarifária (ou Reajuste Tarifário)

Aplicando-se as metodologias definidas no Módulo 3 do PRORET, que trata do Reajuste Tarifário Anual das Concessionárias de Distribuição de energia Elétrica, o reajuste anual da Outorgada ocorrido em 29/06/2015 é sintetizada na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens da receita requerida da concessionária, as outras receitas, os componentes financeiros e a receita verificada. A tabela apresenta também o quanto cada item de receita contribui para o reposicionamento tarifário apresentado.

Descrição	Participação no Reajuste %	Part. Receita (%)
1. PARCELA A (1.1 + 1.2 + 1.3)	-2,71%	80,91%
1.1. Encargos Setoriais	5,67%	21,71%
TFSEE	-0,01%	0,11%
CDE	5,84%	19,20%
PROINFA	0,04%	1,57%
P&D e PEE	-0,20%	0,84%
1.2. Transmissão	1,92%	7,51%
CUSD	1,92%	7,51%
1.3. Compra de Energia	-10,31%	51,70%
Contratos Bilaterais	-10,31%	51,70%
2. PARCELA B (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5)	0,19%	19,09%
2.1. Custos Operacionais + Anuidades		
2.2. Remuneração		
2.3. Depreciação		
2.4. Receitas Irrecuperáveis		
2.5. Outras Receitas		
3. Reposicionamento Econômico	30,48%	
4. Componentes Financeiros	5,98%	
5. Reposicionamento com Financeiros	36,46%	
6. Financeiros Retirados do IRT anterior	-4,04%	
7. Efeito para Consumidor	-0,58%	

13 - Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada neste Manual. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

A seguir são detalhadas a natureza e explicação dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória.

Balanço Patrimonial

ATIVO	Nota	2015			2014		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Valores expressos em milhares de reais							
ATIVO							
Ativo Circulante		13.746	959	12.787	10.285	(148)	10.433
Caixa e Equivalentes de Caixa		7.999	-	7.999	5.225	-	5.225
Consumidores		3.723	-	3.723	3.056	-	3.056
Serviços em Curso		-	-	-	360	-	360
Tributos Compensáveis		186	-	186	442	-	442
Almoxarifado Operacional	13.1	118	(387)	505	42	(440)	482
Ativos Financeiros Setoriais	13.2	1.346	1.346	-	292	292	-
Despesas Pagas Antecipadamente		8	-	8	14	-	14
Outros Ativos Circulantes		366	-	366	854	-	854
Ativo Não Circulante		11.721	5.578	6.143	11.608	5.516	6.092
Consumidores		340	-	340	340	-	340
Tributos Compensáveis		51	-	51	63	-	63
Ativos Financeiros Setoriais		-	-	-	-	-	-
Bens e Direitos para Uso Futuro		-	-	-	34	-	34
Outros Ativos Não Circulantes	13.3	-	(5.148)	5.148	-	(4.695)	4.695
Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		254	-	254	214	-	214
Imobilizado	13.4	10.999	10.999	-	10.852	10.852	-
Intangível	13.4	77	(273)	350	105	(641)	746
TOTAL ATIVO		25.467	6.537	18.930	21.893	5.368	16.525
PASSIVO							
Passivo Circulante		5.283	57	5.226	3.294	25	3.269
Fornecedores		1.978	-	1.978	1.317	-	1.317
Obrigações Sociais e Trabalhistas		249	-	249	225	-	225
Tributos		516	-	516	380	-	380
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio		654	-	654	435	-	435
Encargos Setoriais		1.177	-	1.177	507	-	507
Passivos Financeiros Setoriais	13.2	57	57	-	25	25	-
Outros Passivos Circulantes		652	-	652	405	-	405
Passivo Não Circulante		1.156	1.156	-	838	838	-
Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	13.5	1.156	1.156	-	838	838	-
TOTAL DO PASSIVO		6.439	1.213	5.226	4.132	863	3.269
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13.7	19.028	5.324	13.704	17.761	4.505	13.256
Capital Social		7.500	-	7.500	7.500	-	7.500
Outros Resultados Abrangentes	13.7.2	4.355	4.355	-	4.423	4.423	-
Reservas de Lucros	13.7.1	7.173	969	6.204	5.838	82	5.756
TOTAL PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		25.467	6.537	18.930	21.893	5.368	16.525

Demonstração do Resultado dos Exercícios

	Notas	Valores expressos em milhares de reais					
		2015			2014		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita / Ingresso		38.343	778	37.565	23.916	(92)	24.008
Fornecimento de Energia Elétrica		37.501	-	37.501	23.814	(85)	23.899
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	13.8.1	778	778	-	(7)	(7)	-
Serviços Cobráveis		64	-	64	53	-	53
Outras Receitas		-	-	-	56	-	56
Tributos		(11.685)	-	(11.685)	(6.325)	-	(6.325)
ICMS		(7.997)	-	(7.997)	(5.189)	-	(5.189)
PIS-PASEP		(656)	-	(656)	(201)	-	(201)
COFINS		(3.022)	-	(3.022)	(924)	-	(924)
ISS/IPTU		(10)	-	(10)	(11)	-	(11)
Encargos - Parcela "A"		(6.621)	-	(6.621)	(501)	4	(505)
Pesquisa e Desenvolvimento - P & D		(100)	-	(100)	(100)	-	(100)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(100)	-	(100)	(100)	-	(100)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		(4.143)	-	(4.143)	(268)	-	(268)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(28)	-	(28)	(28)	-	(28)
Outros Encargos	13.8.1	(2.250)	-	(2.250)	(5)	4	(9)
Receita Líquida / Ingresso Líquido		20.037	778	19.259	17.090	(88)	17.178
Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"		(15.813)	-	(15.813)	(13.391)	124	(13.515)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	13.8.1	(14.919)	-	(14.919)	(12.233)	79	(12.312)
Encargos de Transmissão, Conexão e Distribuição	13.8.1	(894)	-	(894)	(1.158)	45	(1.203)
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		4.224	778	3.446	3.699	36	3.663
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"		(3.579)	(134)	(3.445)	(3.174)	(58)	(3.116)
Pessoal e Administradores		(1.706)	-	(1.706)	(1.601)	-	(1.601)
Material		(180)	-	(180)	(105)	-	(105)
Serviço de Terceiros		(250)	-	(250)	(410)	-	(410)
Arrendamentos e Aluguéis		(157)	-	(157)	(148)	-	(148)
Seguros		(9)	-	(9)	(4)	-	(4)
Doações, Contribuições e Subvenções		-	-	-	-	-	-
Provisões		(623)	-	(623)	(341)	-	(341)
(-) Recuperação de Despesas		26	-	26	14	-	14
Tributos		(13)	-	(13)	(12)	-	(12)
Depreciação e Amortização	13.8.3	(502)	(134)	(368)	(398)	(58)	(340)
Gastos Diversos		(165)	-	(165)	(169)	-	(169)
Outras Receitas Operacionais	13.6.1	1.927	(858)	2.785	1.774	(675)	2.449
Outras Despesas Operacionais	13.6.1	(63)	858	(921)	(74)	675	(749)
Resultado da Atividade		2.509	644	1.865	2.225	(22)	2.247
Resultado Financeiro		532	243	289	316	45	271
Despesas Financeiras	13.8.2	(806)	(1)	(805)	(536)	(2)	(534)
Receitas Financeiras	13.8.2	1.338	244	1.094	852	47	805
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro		3.041	887	2.154	2.541	23	2.518
Imposto de Renda		(499)	-	(499)	(593)	-	(593)
Contribuição Social		(195)	-	(195)	(228)	-	(228)
Reversão dos Juros sobre Capital Próprio		770	-	770	500	-	500
Resultado Líquido do Exercício		3.117	887	2.230	2.220	23	2.197

13.1 Almoxarifado Operacional

Os ajustes são decorrentes de materiais e equipamentos em estoque utilizado na construção da infraestrutura da concessão, que na contabilidade societária estão classificados no Ativo Circulante – Almoxarifado Operacional e na contabilidade regulatória estão registrados no Ativo não Circulante – Imobilizado. Em ambos os casos estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização.

13.2 Ativos e passivos financeiros setoriais

Os ajustes são decorrentes de valores financeiros apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pelo órgão Regulador e que não foram considerados na contabilidade societária, pois a Concessionária optou por não registrar os ativos e passivos financeiros setoriais na sua competência e sim quando ocorrer o efetivo reconhecimento na tarifa.

13.3 Outros ativos não circulantes (Ativos financeiros da concessão)

Os ajustes são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização) até o final da concessão. Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, são registrados como Imobilizado e Intangível.

13.4 Imobilizado e Intangível

Os ajustes são decorrentes do lançamento da reavaliação compulsória na contabilidade regulatória. As concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica devem registrar contabilmente, a título de reavaliação regulatória compulsória, o montante decorrente da diferença entre o valor contábil e o Valor Novo de Reposição –VNR do Ativo Imobilizado em Serviço –AIS, ajustado pela respectiva depreciação acumulada, decorrente da reavaliação regulatória compulsória efetuada, nos termos da legislação regulatória, em decorrência da última Revisão Tarifária anterior, em contrapartida da conta contábil específica do Patrimônio Líquido – Reserva de Reavaliação, líquido dos efeitos tributários.

13.5 Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

Os ajustes decorrem dos valores das obrigações vinculadas à concessão que estão registrados na contabilidade regulatória no passivo não circulante e na contabilidade societária estão registrados em ativos financeiros da concessão (nota 13.3) e no intangível (nota 13.4).

13.6 Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)

13.6.1 Receita e Custo da Construção

Adoção na contabilidade societária do Pronunciamento Técnico CPC 17 - Contratos de construção. Este pronunciamento estabelece o tratamento contábil das receitas e despesas associadas a contratos de construção e utiliza os critérios de reconhecimento estabelecidos no Pronunciamento Conceitual Básico - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis para determinar o momento em que a receita do contrato e a despesa a ela relacionada devem ser reconhecidas na demonstração do resultado. Em atendimento a este pronunciamento técnico a Concessionária contabilizou receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria. A margem de construção adotada foi estabelecida como sendo igual a zero, mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção.

13.7 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2015	2014
Saldo societário no início do exercício	13.704	13.256
Efeitos dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	5.324	4.505
Ativos e passivos financeiros setoriais	969	82
Reavaliação regulatória compulsória	4.355	4.423
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória		
Saldo regulatório no fim do exercício	<u>19.028</u>	<u>17.761</u>

13.7.1 Ativos e passivos financeiros setoriais

Os ajustes são decorrentes de valores financeiros apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pelo órgão Regulador e que não foram considerados na contabilidade societária, pois a Concessionária optou por não registrar os ativos e passivos financeiros setoriais na sua competência e sim quando ocorrer o efetivo reconhecimento na tarifa.

13.7.2 Reavaliação regulatória compulsória

A diferença entre os valores apurados na contabilidade societária e regulatória refere-se à contabilização da Reavaliação Regulatória dos bens do Ativo Imobilizado, na forma da Resolução 396/2006 e reconhecidos de acordo com a metodologia aprovada pela última Revisão Tarifária Periódica da Concessionária.

13.8 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	2.230	2.197
Efeitos dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	887	23
Ativos e passivos financeiros setoriais	778	121
Receita Ultrapassagem de Demanda e Excedentes de Reativos	-	(85)
Atualização dos Ativos e passivos financeiros setoriais	243	45
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória	(134)	(58)
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	<u>3.117</u>	<u>2.220</u>

13.8.1 Ativos e passivos financeiros setoriais

Os ajustes são decorrentes de valores financeiros apurados com base nos regulamentos pré-estabelecidos pelo órgão Regulador e que não foram considerados na contabilidade societária, pois a Concessionária optou por não registrar os ativos e passivos financeiros setoriais na sua competência e sim quando ocorrer o efetivo reconhecimento na tarifa.

13.8.2 Atualização dos ativos e passivos financeiros setoriais

Os valores apurados de atualização dos ativos e passivos setoriais estão registrados na contabilidade regulatória e referem-se à atualização dos saldos dos ativos e passivos regulatórios por juros à taxa Selic, conforme orientação da Aneel.

13.8.3 Depreciação – reavaliação regulatória compulsória


A diferença existente entre a depreciação e amortização deve-se pelo reconhecimento das despesas da Depreciação do VNR – Valor Novo de Reposição e por tratar-se de regramento regulatório os efeitos estão registrados somente na contabilidade regulatória.



Mario Atílio Marin

Presidente

CPF: 030.976.250-20



Rosane Rovani de Linhares
Contadora
CRC: RS 55.496-O/8
CPF: 494.609.860-72

RELATÓRIO SOBRE A APLICAÇÃO DE PROCEDIMENTOS PREVIAMENTE ACORDADOS REFERENTE ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS ANO BASE 2015

**Aos Administradores da
MUXFELDT, MARIN & CIA LTDA – MUX ENERGIA**

Prezados Senhores,

1. Aplicamos os procedimentos determinados no Manual de Orientação dos Trabalhos de Auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias - DCR, emitido pela Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio do Despacho nº 4.413, de 27 de dezembro de 2013. Os procedimentos descritos neste relatório estão relacionados à reconciliação dos ajustes entre as demonstrações financeiras societárias publicadas e as demonstrações contábeis regulatórias da **MUXFELDT MARIN & CIA LTDA**, correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015. A apresentação das demonstrações contábeis regulatórias é obrigatória a partir do exercício de 2011 para fins regulatórios, tanto para a fiscalização do processo de revisão tarifária ordinária/periódica, como para a reversão dos ativos à União, vinculados aos serviços outorgados. O balanço patrimonial e a demonstração do resultado societário reconciliado com o balanço patrimonial e a demonstração do resultado regulatório para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, demonstrações essas preparadas por e sob a responsabilidade da Administração da Companhia.

2. Nossos trabalhos foram realizados de acordo com a NBC TSC 4400 - Trabalhos de Procedimentos Previamente Acordados sobre Informações Contábeis, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aprovada pela Resolução CFC nº 1277/10, aplicável a trabalhos de procedimentos previamente acordados. A suficiência desses procedimentos é de responsabilidade exclusiva da ANEEL. Conseqüentemente, não estamos expressando qualquer asseguarção, nem concluindo quanto à suficiência dos procedimentos descritos abaixo em relação aos propósitos para o qual este relatório foi solicitado, nem para nenhum outro propósito. Os procedimentos foram aplicados com o único intuito de confrontar os ajustes e reclassificações, efetuados pela administração da Companhia, ao balanço patrimonial e demonstração do resultado societária para preparação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório, conforme estabelecido pela Resolução ANEEL nº 396/10.

3. Os procedimentos aplicados e nossas observações estão apresentados a seguir:

3.1 – ATIVOS REGULATÓRIOS

ATIVO REGULATÓRIO DE 2015 - Valores em milhares de Reais	
Ativo Circulante	13.746
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.999
Consumidores	3.723
Tributos Compensáveis	186
Alomxarifado operacional	118
Ativos Financeiro Setoriais	1.346
Despesas pagas Antecipadamente	8
Outros Ativos Circulantes	366
Ativo não Circulante	11.721
Consumidores	340
Tributos Compensáveis	51
Bens e Atividades não vinculados do Serviço de Energia Elétrica	254
Imobilizado	10.999
Intagível	77
TOTAL DO ATIVO REGULATÓRIO	25.467

Foi executado conferência e procedimentos analíticos nos saldos acima identificados, de acordo com o Manual de Auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

- Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.

3.1.1 IMOBILIZADO

a) Confrontamos o valor original contábil – VOC total informado no RCP com o total da última Base de Remuneração informada e homologada pela ANEEL, acrescida das atualizações, com a finalidade de confrontar o RCP com o saldo do imobilizado e intangível (aplicável somente para as entidades distribuidoras de energia elétrica) e ainda com as demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2015 (aplicável para as entidades geradoras e transmissoras de energia elétrica, conforme orientação da ANEEL).

Na aplicação deste procedimento não identificamos irregularidades.

b) Confrontamos as informações do RCP do VOC por grupo de bens com os valores/saldos de controle patrimonial com base na Resolução Normativa 367/2009 da ANEEL

Na aplicação deste procedimento não identificamos irregularidades.

c) Confrontamos as informações de Reavaliação Regulatória Compulsória por grupo de bens com os valores/saldos do sistema de controle patrimonial.

Na aplicação deste procedimento não identificamos irregularidades.

d) Confrontamos as informações do RCP da Correção Monetária Especial por grupo de bens com valores/saldos do sistema de controle patrimonial.

Na aplicação deste procedimento não identificamos irregularidades.

e) Confrontamos as informações de Depreciação/Amortização do VOC por grupo de bens com os valores/saldos do sistema de controle patrimonial.

Na aplicação deste procedimento não identificamos irregularidades.

3.2 – PASSIVOS REGULATÓRIOS

PASSIVO REGULATÓRIO DE 2015 - Valores em milhares de Reais	
Passivo Circulante	5.283
Fornecedores	1.978
Obrigações Sociais e Trabalhistas	249
Tributos	516
Dividendos Declarados e Juros s Cap. Próprio	654
Enacragos Sociais	1.177
Passivos Financeiros Setoriais	57
Outros Passivos Circulantes	652
Passivo Circulante	1.156
Obrigações Vinculadas a Conc do Serv Público de Energia Elétrica	1.156
Patrimônio Líquido	19.028
Capital Social	7.500
Outros Resultados Abrangentes	4.355
Reservas de Lucros	7.173
TOTAL DO ATIVO REGULATÓRIO	25.467

Foi executado conferência e procedimentos analíticos nos saldos acima identificados, de acordo com o Manual de Auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

- Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.

3.3 CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS REGULATÓRIAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO REGULATÓRIO em 31 de dezembro de

	Valores expressos em milhares de reais		
	Notas	2015	2014
Receita / Ingresso	9	38.343	23.916
Fornecimento de Energia Elétrica		37.501	23.814
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais		778	(7)
Serviços Cobráveis		64	53
Outras Receitas		-	56
Tributos		(11.685)	(6.325)
ICMS		(7.997)	(5.189)
PIS-PASEP		(656)	(201)
COFINS		(3.022)	(924)
ISS/PTU		(10)	(11)
Encargos - Parcela "A"		(6.621)	(501)
Pesquisa e Desenvolvimento - P & D		(100)	(100)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(100)	(100)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		(4.143)	(268)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(28)	(28)
Outros Encargos		(2.250)	(5)
Receita Líquida / Ingresso Líquido		20.037	17.090
Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"		(15.813)	(13.391)
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(14.919)	(12.233)
Encargos de Transmissão, Conexão e Distribuição		(894)	(1.158)
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		4.224	3.699
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"		(3.580)	(3.174)
Pessoal e Administradores	10	(1.706)	(1.601)
Material		(180)	(105)
Serviço de Terceiros		(250)	(410)
Arrendamentos e Aluguéis		(157)	(148)
Seguros		(9)	(4)
Doações, Contribuições e Subvenções		-	-
Provisões		(623)	(341)
(-) Recuperação de Despesas		26	14
Tributos		(13)	(12)
Depreciação e Amortização		(502)	(398)
Gastos Diversos		(166)	(169)
Outras Receitas Operacionais		1.927	1.774
Outras Despesas Operacionais		(63)	(74)
Resultado da Atividade		2.508	2.225
Resultado Financeiro		533	316
Despesas Financeiras		(806)	(536)
Receitas Financeiras		1.339	852
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro		3.041	2.541
Imposto de Renda		(499)	(593)
Contribuição Social		(195)	(228)
Reversão dos Juros sobre Capital Próprio		770	500
Resultado Líquido do Exercício		3.117	2.220

Foi executado conferência e procedimentos analíticos nos saldos acima identificados, de acordo com o Manual de Auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

- Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.
- 4 Considerando os procedimentos descritos no item 2 deste relatório não se constituem em um trabalho de auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, conduzido de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, não expressamos qualquer asseguuração sobre o balanço e demonstração de resultado regulatórios da Companhia, tomados em conjunto, nem sobre as contas contábeis das quais foram extraídas as informações constantes dos itens anteriores.
 - 5 Caso tivéssemos aplicado procedimentos adicionais ou conduzido uma auditoria do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatórios de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, outros assuntos poderiam ter vindo ao nosso conhecimento, os quais teriam sido relatados.
 - 6 Este relatório destina-se apenas e exclusivamente à finalidade definida no item 1 acima, para informação da Administração da Companhia e da ANEEL, não devendo ser utilizado para qualquer outro propósito, nem distribuído a terceiros que não tenham assumido responsabilidade pela suficiência dos, ou que não tenham concordado com os, procedimentos acima descritos, tampouco publicado ou disponibilizado no “site” da Companhia ou da ANEEL. Este relatório está relacionado exclusivamente com a reconciliação dos ajustes entre os balanços e demonstrações de resultado societário e os regulatórios da Companhia, cuja obrigatoriedade de apresentação passou a ser exigida para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e subsequentes, e não se estende às demonstrações financeiras societárias e regulatórias da Companhia, tomadas em conjunto.
 - 7 Todos os passos previstos neste programa foram devidamente executados e os respectivos resultados encontram-se inseridos em nosso relatório de execução de procedimentos previamente acordados, emitido sob minha responsabilidade.

Era o que tínhamos a relatar.

Tapejara - RS, 16 de março de 2016.



ANTÔNIO CÉSAR DA SILVA
CONTADOR CRC/RS 43890.O-9 - CNAI 1076
CPF 437477870-53



PÉGASUS AUDITORES ASSOCIADOS SS
CNPJ 06.951.205/0001-39 - CVM AD 13.214/2013
CRC/RS 4.305